Desafios Jurídicos na Construção de uma Sociedade Sustentável e Democrática no Brasil: Uma Perspectiva Interdisciplinar

Autor(res)

Marcelo Larger Carneiro
Gabriel Ozinkoski

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

O Brasil encara uma encruzilhada desafiadora na busca por uma sociedade que junte o desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental, um desafio que reflete na construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e sustentável. Neste contexto, esta pesquisa propõe uma análise meticulosa dos aspectos jurídicos envolvidos nessa equação complexa, buscando identificar não apenas as falhas normativas e institucionais, mas também as oportunidades latentes para a construção de um arcabouço legal dinâmico e justo. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que transcende as fronteiras tradicionais do direito, aspiramos fortalecer a governança ambiental e fomentar uma participação cidadã efetiva na formulação de políticas públicas.

Objetivo

O objetivo primordial desta pesquisa é examinar os desafios jurídicos relacionados à promoção da sustentabilidade democrática no Brasil, com foco na interseção complexa entre direito, meio ambiente e participação social. Além de identificar obstáculos, busca-se propor soluções inovadoras e pragmáticas para avançar em direção a uma gestão ambiental mais inclusiva e responsiva.

Material e Métodos

Esta pesquisa adota uma metodologia rigorosa e abrangente, que engloba análise documental detalhada, revisão exaustiva da literatura pertinente e condução de entrevistas aprofundadas com especialistas renomados em direito ambiental e políticas públicas. A coleta e análise de dados abarcam uma variedade de fontes, incluindo obras acadêmicas, relatórios governamentais e jurisprudência relevante, com o intuito de fornecer uma base robusta e abrangente para nossas conclusões.

Resultados e Discussão

Os resultados preliminares desta pesquisa destacam uma série de desafios cruciais, como a fragilidade das leis ambientais, a insuficiência dos mecanismos de participação cidadã e a necessidade premente de maior transparência e accountability por parte das autoridades públicas. Nossa abordagem visa não apenas identificar problemas, mas também explorar soluções viáveis e estratégias inovadoras para promover uma governança ambiental mais inclusiva e eficaz. A análise crítica e construtiva dessas questões é fundamental para garantir não

apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a justiça social e a equidade no acesso aos recursos naturais.

Conclusão

Concluímos que a construção de uma sociedade sustentável e democrática no Brasil requer um compromisso coletivo e multidimensional, que envolva não apenas reformas legislativas, mas também a promoção de uma cultura de direitos humanos, justiça ambiental e participação cidadã. Ao fortalecer as instituições democráticas e fomentar um diálogo inclusivo e informado entre todos os setores da sociedade, podemos construir um sistema jurídico mais resiliente e adaptável às complexidades do século XXI.

Referências

Bullard, R. D. (2005). The quest for environmental justice: Human rights and the politics of pollution. Sierra Club Books.
Canotilho, J. J., & Leite, J. R. (2000). Direito constitucional ambiental brasileiro. Edições Almedina.
Daly, E., & May, J. (2019). Environmental and Planning Law in New South Wales. Federation Press.
Fundação Getulio Vargas. (2020). Relatório sobre Sustentabilidade Democrática no Brasil.
Leal, V. N. (2017). O papel da sociedade civil na efetivação do direito humano à água e ao saneamento: desafios e possibilidades. Revista de Direito da Cidade, 9(3), 1055-1081.